



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP  
AO PROJETO DE LEI Nº 10.674/2018**

Regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana é o profissional que presta serviços de natureza científica com a finalidade de conservar corpos para o ensino, pesquisa e extensão e de auxiliar na apuração da causa de morte de seres humanos.

Parágrafo único. Os serviços de natureza científica desempenhados pelo Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana se caracterizam por observações hierarquizadas e organizadas realizadas no cadáver, em um serviço de verificação de óbitos (SVO) e núcleo de anatomia patológica, no âmbito de um serviço de saúde, em um instituto médico legal (IML), vinculado à polícia científica, ou em laboratórios de patologia e de anatomia humana de instituições de ensino e Clínicas de Tanatopraxia.

Art. 3º São requisitos para o exercício da profissão de Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana:

- I - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- II - ser portador de diploma de ensino médio;
- III - ser portador de certificado de participação em curso profissionalizante com duração mínima de 1.200 (mil e duzentas horas), cujo programa inclua:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

- a) anatomia humana;
- b) citologia e histologia;
- c) fisiologia humana;
- d) patologia humana;
- e) microbiologia e parasitologia;
- f) biossegurança;
- g) ética e bioética;
- h) medicina legal;

1 - traumatologia forense

2 - tanatologia forense

3 - antropologia forense

4 - axfisiologia forense

5 - sexologia forense

- i) técnicas em necropsia patológica
- j) técnicas em necropsia medico-legal
- k) técnicas de conservação de peças anatômicas;
- l) técnicas em tanatopraxia;

m) legislações, normas reguladoras-NR e resoluções de diretoria colegiada-RDC relacionadas a manipulação, transporte e inumação de cadáveres em serviços de anatomia patológica, institutos medicina legal (IML), serviço de verificação de óbito (SVO), laboratórios de patologia, anatomia de instituições de ensino e Clínicas de Tanatopraxia.

Parágrafo único. Na ausência de oferta de cursos a que se refere o inciso III deste artigo na unidade da Federação na qual a vaga é ofertada, a exigência poderá ser suprida pela comprovação de experiência prévia em prestação de serviços profissionais em empresas públicas e privadas, estágios





e monitorias com tempo mínimo de duração de 12 (doze) meses e carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas nos locais mencionados no paragrafo único do artigo 2º, até 02 (dois) anos após esta Lei ter entrado em vigor, findado este prazo, a exigência passa a ser os requisitos previstos no artigo 3º.

Art. 4º É requisito necessário para o reconhecimento como profissional Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana, para os profissionais que exercem e/ou exerceram a função antes da promulgação desta lei, comprovar vínculo empregatício, público ou privado, de duração de no mínimo 12 meses, nos locais mencionados no paragrafo único do artigo 2º.

Art. 5º São deveres do Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana:

- I - transportar cadáveres;
- II - auxiliar na execução de serviços de necropsia pública, operação, dissecação, recomposição, sutura, assepsia e pesagem de cadáveres, sob orientação imediata do médico;
- III - preparar peças anatômicas e órgãos para o desenvolvimento de aulas práticas, retirando-as dos arquivos e colocando-as à disposição dos docentes, pesquisadores e alunos;
- IV - efetuar preservação das peças anatômicas e órgãos, através de técnicas de conservação específicas, para serem utilizadas em aulas práticas e estudos científicos;
- V - auxiliar na organização de arquivos, peças anatômicas, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação;
- VI - desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança;
- VII - manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e às necessidades do setor ou departamento;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

VIII - executar a recomposição do cadáver, após a necropsia;

IX - executar conjunto de procedimentos, técnicas e métodos para conservar, embalsamar, higienizar, restaurar e cuidar da aparência de um cadáver, de modo a prepará-lo para o velório, funeral ou cerimônia fúnebre.

X - zelar pela conservação do instrumental, pela manutenção da câmara frigorífica e pela limpeza, descontaminação e conservação das salas e instrumentos de trabalho;

XI - coletar material para exames de laboratório;

XII - realizar a organização e a coordenação dos serviços do necrotério;

XIII – executar outras tarefas correlatas, conforme a necessidade ou a critério da coordenação do serviço.

Parágrafo único. Os deveres da profissão de que trata o artigo 5º desta lei são insalubres diante da natureza do trabalho e das características das atividades operacionais.

Art. 6º Fica instituído o Dia do Técnico em Anatomia, Necropsia e Tanatopraxia Humana, a ser comemorado no dia 13 de outubro de cada ano.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de novembro de 2022.

Deputado LEÔNIDAS CRISTINO  
Presidente

